



## ***LEI ORDINÁRIA Nº 152***

*de 03 de setembro de 1993*

### **CRIA O FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL.**

*ELO RAMIRO LOEFF, PREFEITO MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:*

#### ***Art. 1º..***

*Fica criado junto ao Gabinete do Prefeito o FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL, Entidade Jurídica de Direito Público Interno, de fins ideais e sem motivação lucrativa, que tem por objetivo precípuo a prestação de Assistência técnica, na forma de mútuo, para construção, reforma ou ampliação de casas populares às famílias de baixa renda.*

#### ***Art. 2º..***

*Para a prestação de assistência de que trata o Artigo anterior, o Fundo Municipal de Habitações de Interesse Social tem as seguintes finalidades:*

##### ***a).***

*organizar, instalar, desenvolver e manter programas habitacionais destinadas à população de baixa renda;*

##### ***b).***

*construir para o aprimoramento das condições de vida da população alvo;*

**c).**

*estimular a cooperação entre os beneficiários dos programas habitacionais, principalmente os participantes de programas de construção em regime de mutirão;*

**d).**

*concorrer para o desenvolvimento da solidariedade humana, através da congregação de indivíduos interessados em programas sociais ou comunitários.*

### ***Art. 3º..***

*O Fundo Municipal de Habitações de Interesse Social é dirigido por um Conselho de Administração, nomeado pelo Prefeito, que é seu Presidente nato, e composto pelos seguinte membros:*

**a).**

*por um funcionário do quadro da Prefeitura Municipal;*

**b).**

*por um representante da Câmara Municipal, eleito pelo Plenário;*

**c).**

*por um representante da Divisão de Finanças da Prefeitura Municipal;*

**d).**

*por um representante de Clube de Serviço indicado pela Mesa Diretora;*

*e*

**e).**

*pelos Presidentes das Associações de Bairros, sendo no máximo 02 (dois).*

### ***Art. 4º..***

*Ao Conselho de Administração compete a organização geral e a determinação das normas e diretrizes do fundo.*

## **Art. 5º..**

*Ao Conselho de Administração cabe privativamente:*

**a).**

*dimensionar os programas habitacionais de interesse social de construção, de conclusão, de reforma e de ampliação de casas populares;*

**b).**

*selecionar os candidatos aos programas habitacionais;*

**c).**

*executar a dinâmica do funcionamento do Fundo; e*

**e).**

*apresentar sempre que solicitado e ao menos uma vez ao ano, encerramento do exercício, relatórios de suas atividades.*

## **Art. 6º..**

*As inscrições aos programas habitacionais do Fundo serão franqueadas a Municípios de baixa renda, proprietários ou compromissários, a qualquer título, de imóvel localizado na área urbana e rural, de Chapadão do Sul, que não possuam outro imóvel construído em alvenaria e que tenham condições econômicas, apurada pela renda familiar, para pagamento das parcelas que lhes forem atribuídas.*

## **Parágrafo único. .**

*A comprovação da renda familiar poderá ser substituída por fiança prestada por pessoas idônea, capaz de suportar o ônus das parcelas de liquidação do mútuo.*

## **Art. 7º..**

*Aceita a inscrição do mutuário, firmará ele carta compromisso de pagamento das parcelas mensais que lhe forem debitadas.*

## **Art. 8º..**

A Prefeitura Municipal poderá proceder a aquisição do material necessário à execução dos programas habitacionais, cujo custo, sem qualquer acréscimo, será repassado aos beneficiários dos mencionados programas.

## **Art. 9º..**

Fica a construção, conclusão, ampliação ou reforma de casa, o custo da participação do Fundo Municipal será apurado e convertido em Unidades Fiscais do Município e esse resultado dividido em Quotas Parcelas mensais e consecutivas, de forma tal que uma parcela nunca ultrapasse a Um Quarto do valor do salário mínimo ao tempo da apuração.

### **1º.**

O resultado dessa operação constituir-se-á na cláusula econômica do contrato de mútuo com reserva de domínio que se elaborará entre o Fundo Municipal de Habitações de Interesse social e o Município beneficiário.

### **2º.**

Do contrato de mútuo constará obrigatoriamente que o não pagamento de uma das parcelas provocará o vencimento antecipado das demais.

### **3º.**

As parcelas do mútuo que eventualmente vieram a não ser pagas constituirão dívida do Município.

### **4º.**

É vedada a venda, transferência, cessão ou locação do imóvel beneficiado pelos programas do Fundo, sem a expressa concordância do Prefeito Municipal.

**Art. 10.**

*A falta de pagamento de uma ou mais parcela do mútuo autoriza a Prefeitura cobrar judicialmente do beneficiário ou de seus fiadores o total do débito, calculado este em unidade fiscais do Município a época de sua exigência.*

**Art. 11.**

*Fica aberto na Tesouraria Municipal um Crédito Adicional Especial de CR\$: 100.000,00 (Cem Mil Cruzeiros Reais), com vigência no decorrer do exercício, a ser coberto com os recursos expressos no Artigo 43 da Lei 4.320/64.*

**Art. 12.**

*Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.*

*GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL, ESTADO  
DE MATO GROSSO DO SUL, AOS 03 DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE  
1993.*

*ELO RAMIRO LOEFFPREFEITO MUNICIPAL*

---

*Lei Ordinária Nº 152/1993 - 03 de setembro de 1993*

*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em*